

**MÚTIPLAS VOZES SOBRE UM MESMO PROBLEMA: A REPRODUÇÃO DAS
VIOLÊNCIAS RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**MULTIPLE VOICES ABOUT THE SAME PROBLEM: THE REPRODUCTION OF
RACIAL VIOLENCE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT**

Recebido em: 10/08/2020

Aceito em: 15/10/2020

Ailton de Sena de Jesus¹
Adelmo dos Santos Filho²
Danilo de Santana Cardoso³

Resumo: O artigo discute a reprodução destas formas de violência em um colégio estadual da cidade de Salvador (Bahia), analisando a formação da educação no contexto brasileiro e as suas implicações sobre os/as estudantes negros/as. Para isto, foi realizada uma pesquisa de campo com uso do método da pesquisa-ação para análise das narrativas e reflexões advindas do processo. Os dados produzidos fornecem um retrato desse panorama escolar, podendo ser visto como um documento de denúncia das situações de violência racial perpetradas nessa e em outras instituições de ensino e nas produções midiáticas brasileiras. Através desse trabalho, foi possível perceber a necessidade de dialogar sobre as propostas de uma educação antirracista, que não se atente apenas à história do Brasil, mas ao seu funcionamento social e o processo de formação identitária.

¹ Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (2016), é especialista em Gênero e Direitos Humanos pela UFBA (2019) e mestrando no Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da mesma instituição. É membro do grupo de pesquisa Cultura e Sociedade (CUS). Tem experiência na área de comunicação, com ênfase em Teoria e Ética do Jornalismo, direitos humanos, relações de gênero e sexualidade. E-mail: aailton.sena@gmail.com

² Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Pós-Graduando em Psicanálise pela Faculdade UniBF (UNIBF), com formação complementar pela University of Arizona (UA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no campo das Relações Raciais. Possui Pesquisas, Publicações e Palestras nas áreas de: Cultura Universitária, Relações Raciais e Saúde Psíquica da População Negra. Atua/Atuou em espaços voltados às práticas antirracistas, como o Centro de Referência Nelson Mandela (CRNM) vinculado à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Município de Salvador (Câmara Municipal), Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e ONG GINA, desenvolvendo atividades com a população negra em situação de vulnerabilidade social. E-mail: contatoadelmofilho@gmail.com

³ Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador dos grupos de pesquisa Espetáculos Culturais e Contemporâneos (ECUS) e do Núcleo de Antropologia Visual da Bahia (NAVBA), reconhecidos pelo CNPq. Participou de expedição internacional Ruta Inka, em 2015, onde teve a oportunidade de colaborar nas nações da Bolívia, Peru, cooperando nos principais centros de pesquisas, comunidades indígenas, sítios arqueológicos, universidades e do Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção (EIVI), em 2016, tendo a oportunidade de romper com a polarização entre o conhecimento científico e o popular através de imersão e mediação de conflitos em comunidades campesinas do nordeste brasileiro. Foi pesquisador visitante da Universidade Nacional de Santo Antonio Abade Del Cusco (UNSAAC) e pesquisador voluntário no setor jurídico da TETO Brasil. Atuou como educador social na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e tem experiência de trabalho com pesquisa eleitoral e de satisfação de clientes. Atuando principalmente nos seguintes temas: cultura e desenvolvimento, festas, antropologia da imagem e som, direitos humanos. E-mail: danilo.pesquisador@gmail.com

Palavras-chave: Violências raciais; Ambiente escolar; Mídias.

Abstract: The discusses the reproduction of racial violence in a public state school in the city of Salvador (Bahia), analyzing the formulation of education in the Brazilian context and its implications on black students. For this, a field research was carried out using the action research method to analyze these narratives and reflections. The data produced provide a portrait of this school panorama, which can be seen as a document denouncing the situations of racial violence perpetrated in this and other educational institutions, as well as in Brazilian media productions. Through this work, it was possible to perceive the need to discuss the proposals for an anti-racist education, which does not only relates to the history of Brazil, but to its current social functioning and the process of identity formation.

Keywords: Racial violence; School environment; Media.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço privilegiado para formação cultural, social, política, histórica e científica dos indivíduos. Muitas vezes, é nesse ambiente que se estabelece o primeiro contato com a diversidade racial, cultural, sexual e de gênero existente na sociedade. É por reconhecer a importância desse lugar que, nos últimos anos, grupos conservadores que atualmente se organizam na estrutura política brasileira, em especial no executivo, têm disputado com grupos voltados para uma educação libertária, o controle ideológico da educação, buscando limitar os temas que podem ou não ser discutidos pelos/as educadores/as. O que sustenta essa disputa é o desejo de manutenção dos sistemas de violências raciais, sexuais, de classe e gênero que estruturam a sociedade brasileira e lhes garante posições de dominância (BONFANTI, GOMES, 2018).

É bem verdade que a escola, nem sempre, foi como conhecemos nos dias atuais, nem a diversidade que hoje existe nesse espaço era utilizada para fins libertadores por parte dos/as profissionais que lá atuam. Pelo contrário, pesquisadores/as da área demonstram que a diversidade tem sido subaproveitada, silenciada, ignorada. Uma atitude que alimenta a padronização dos corpos e subjetividades, ao mesmo tempo em que produz violências contra aqueles/as que expressam na corporeidade ou discursos a sua dissidência. São violências ancoradas, sobretudo, em padrões raciais e de gênero e sexualidade, que geram impactos negativos na vida das pessoas que delas são vítimas (SILVA, 2000; SILVA, 2012; LOURO, 2010; FRANÇA, 2018).

E, é sobre as violências raciais no ambiente escolar e as suas implicações entre os/as estudantes negros/as que vamos discutir neste presente trabalho. Para isso, foi utilizado o método da pesquisa-ação, construindo atividades práticas que possibilitaram uma intervenção dentro da problemática social e na autorreflexão coletiva (TRIPP, 2005).

Pensando nisso, foi proposta a criação de um jornal escolar a ser escrito pelos/as estudantes do colégio estadual onde se deu a pesquisa. O periódico teve como pautas centrais temas que são transversais ao projeto político pedagógico brasileiro, em especial, questões de raça, gênero e sexualidade. O tema a ser abordado em cada edição do jornal era discutido com os/as alunos/as inscritos no projeto e eles/as produziam as matérias jornalísticas que abordariam algum aspecto relacionado ao tema global. O projeto do jornal foi apresentado a todas as turmas do ensino médio, contudo, apenas estudantes do último ano se voluntariaram para participar. Os/as colaboradores da pesquisa se autodeclararam negros/as e não heterossexuais.

O método de pesquisa-ação é melhor realizado quando há uma estreita relação entre os/as envolvidos/as no processo - pesquisadores/as e interlocutores/as -, neste caso, foi construído entre os/as participantes, com uma finalidade em comum, descortinar o problema coletivo: as violências raciais. O processo requereu uma flexibilidade na aceitação dos pontos de vistas dos/as interlocutores/as permitindo uma abertura para respostas, adaptação à dinâmica e circunstâncias internas dos espaços escolares, diagnóstico de situações, formulação de estratégias e uma avaliação eficiente. Ao final, houve uma reflexão-ação-reflexão que permitiu a todos/as os/as envolvidos/as a clareza sobre as consequências das violências raciais em sala de aula, buscando, sobretudo, a promoção de mudanças na cultura escolar e para além, contribuindo para disseminação de práticas antirracistas.

A reflexão sobre esses dados e sobre questões transversais perpassa a influência dos/as profissionais da educação na disseminação de práticas e discursos racistas; forma como estudantes têm refletido e se posicionado frente a recorrentes situações do ambiente escolar; as afamadas representações raciais do/a negro/a presente na mídia e; a reprodução de estereótipos e violências que visam o apagamento das marcas raciais que o corpo negro carrega. De modo geral, expressa o que a sociedade e o Estado brasileiro oferecem às populações negras constituindo um campo fértil para pensarmos a estrutura do País e o futuro necessário.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A escola que conhecemos na contemporaneidade surge junto à criação do Estado Moderno, que passa a deter o controle da educação em detrimento da Igreja. A Reforma Protestante, o Movimento Iluminista, o fortalecimento e ascensão da burguesia e o

69

desenvolvimento do sistema capitalista estão entre os fatores que possibilitaram a mudança na face da educação e têm implicações em sua estrutura, que vão da definição de quais sujeitos devem se submeter a ela até os fins que objetiva. A instituição que surge a partir desse processo se diferencia das experiências anteriores devido a adoção do livro texto, de um currículo e uma ênfase na disciplina mental e corporal, com vistas a preparar os sujeitos para o convívio social e o serviço de Estado (SILVA, 2000).

No contexto colonial, a educação sempre esteve ligada à manutenção do *status quo*, possibilitando apenas aos homens brancos da classe dominante a manutenção de sua posição dentro da hierarquização social (MARTINS, 2002). As mulheres, inicialmente, foram privadas sob a justificativa de não serem capazes de desenvolver competências e habilidades vistas como masculinas, a exemplo do raciocínio lógico e da argumentação, e seguiam sendo instruídas para cumprir com os *scripts* de gênero, no direcionamento e na realização de atividades domésticas. As pessoas negras que estavam na situação de escravizados eram completamente relegados do acesso ao conhecimento e qualquer produção intelectual dentro do cientificismo dominante.

O decreto 7.031 de 06 de setembro de 1878, vigente no período do Brasil Império, garantia que “todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos” poderiam frequentar os cursos noturnos de primeiro grau na corte. A determinação evidencia a contínua exclusão das mulheres brancas e, principalmente, de homens e mulheres negras cativos no acesso à educação, mas também em virtude dessa questão as oportunidades para inserção precoce no mercado de trabalho eram restritas apenas ao homem branco. Mesmo tardiamente, as mulheres brancas puderam ingressar escola. Mas a história brasileira, marcada pelo escravismo e racismo, implicou na continuada restrição dos negros, resultando em desigualdades entre brancos e negros no acesso à educação formal (MUNANGA, 2003; RODRIGUES, 2016).

Através dos avanços e conquistas, frutos de lutas constantes dos movimentos sociais e identitários, a educação formal pôde ser garantida, mas, foi possível perceber que o ambiente escolar pode ser um espaço propenso à reprodução de violências raciais. Com isso, foi necessário pensar em uma reformulação do currículo escolar e dos materiais didáticos, sendo a promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, uma das formas de reduzir o racismo sistemático reproduzido

nas instituições educacionais (KLEIN, 2019). Essas violências praticadas contra os/as estudantes negros/as nos espaços educacionais podem ser expressas de diversas formas, a exemplo, a reprodução de comportamentos pelos/as profissionais da educação e também pelos/as próprios/as estudantes.

RACISMO EM CENA

Uma das formas expressas do racismo é através das mídias. O fenômeno pode ser observado nas novelas, jornais ou revistas que reproduzem estereótipos raciais negativos; nas redes sociais, com as imagens e discursos de ódio ou; pelo livro didático e materiais reproduzidos no ambiente escolar (SILVA, 2004; TRINDADE, 2020).

Segundo o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019), 55,8% da população brasileira é formada por negros/as, sendo os/as pretos/as 9,3% e os/as pardos/as 46,5%, contudo qualquer pessoa que tenha acesso às produções imagéticas do Brasil presentes nas telenovelas, comerciais, filmes e propagandas percebe que não existe equivalência numérica na participação desse contingente da população nessas produções midiáticas. Pelo contrário, é perceptível a exclusão dessas pessoas que, nas poucas vezes que aparecem, desenvolvem papéis subalternos ou estereotipados. Essa invisibilização e estereotipação da população negra contribuem para a construção de uma imagem de Brasil extremamente marcada pela branquitude e, por consequência, para a ideologia de branqueamento racial que foi convertida em política após a abolição da escravatura no País.

Essa relação entre mídia e racismo tem sido denunciada pelos trabalhos de pesquisadores/as, como Regina Phaim Pinto (1987), Muniz Sodré (1999) e Joel Zito Araújo (2000). E tem implicações na forma como a pessoa negra se relaciona consigo mesmo e com a sua identidade. Para a teoria cultural, a representação é um sistema de significação e, como tal, é um modo de atribuição de sentido. Por isso, ela está intimamente ligada com a produção de identidades e diferenças (SILVA, 2012). Isso quer dizer que o processo de se identificar como negro/as perpassa a apreensão de significados positivos dessa identidade, que são propagados por outras pessoas que se identificam e são vistas como negras. Nesse processo, é fundamental a presença de representações positivas de negritude nos diferentes espaços da sociedade, inclusive na mídia. A ausência dessas referências pode conduzir a um processo de negação da própria identidade com assimilação da estética, valores e significados da

branquitude. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2012, p. 91).

Ao analisar os impactos da ausência de referências negras, o psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008) denuncia o processo de assimilação da subjetividade branca por pessoas negras submetidas ao bombardeio de códigos positivos sobre o branco desde a infância. No entanto, a partir da interação com o branco, relação essa que é marcada pelas assimetrias criadas pelo racismo, a irrealidade das proposições que a pessoas negras haviam absorvido como suas se revela. O mito que estava solidamente enraizado é exposto. “O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina” (FANON, 2008, p.133). Segundo Fanon, é somente quando o racismo bate à porta da pessoa negra que cresce assimilando valores brancos que ela inicia a sua “verdadeira aprendizagem”.

Como já apontamos neste trabalho, a escola está longe de ser um espaço isento de racismo. E no que diz à representação racial nos livros didáticos de leitura, uma mídia bastante comum nas instituições de ensino, Regina Phaim Pinto (1987) evidencia a valorização dos personagens brancos em detrimento de negros e mestiços. Contudo, a consciência por parte dos/as estudantes de diferentes níveis de ensino acerca das expressões do racismo tem instrumentalizado a adoção de posturas críticas que contestam a naturalização de violências raciais, como a invisibilização de pessoas negras promovidas pela grande mídia. No relato obtido em entrevista com a coordenadora pedagógica, podemos observar a reação de uma estudante à reprodução de uma violência pelos/as seus/as educadores/as:

Esse ano mesmo a gente botou... Eu achei interessante porque a gente botou, pegou uma gravura da internet e criamos um material pra falar sobre a questão do preconceito, *bullying*... A gente tava falando que tem que respeitar o colega, o *bullying* e tal. E na gravura que se colocou, foi uma professora até quem montou o vídeo, tem um cadeirante; tem um com um óculos bem fundo de garrafa, bem forte; tem uma sarará e não tinha o negro. Só que aí a gente foi passando, fazendo o trabalho e não me chamou atenção. Eu confesso que eu vi o vídeo antes de passar, eu mesmo passei pra algumas turmas; outros professores passaram pra outras turmas. E não tinha e não me chamou atenção. E em uma turma que eu fui, do oitavo, tem uma menina Carla e ela falou ‘hein, Karen, você tá falando aí de preconceito, preconceito e por que nessa gravura aí não tem o negro?’. Em momento algum eu tinha percebido isso. Quando ela falou que eu olhei. Eu disse “Carla, é mesmo não tem. Sabe por que não me chamou atenção? Porque é como eu acabei de dizer pra vocês: a gente vê o ser humano, eu não tô vendo se tem a figura de um negro aí” (informação verbal).

O questionamento que Carla faz à coordenadora pedagógica de sua escola nos permite refletir acerca de dois aspectos. O primeiro diz respeito à ausência de pessoas negras na peça montada pela pedagoga para discutir preconceito. Guiada pela naturalização da ausência desses sujeitos nas representações imagéticas construídas pela grande mídia, ela desconsidera o público para o qual aquele material é produzido, que é majoritariamente composto por estudantes negros/as. Nesse sentido, a intervenção realizada pela estudante revela a falha na preparação da profissional para lidar com conteúdos raciais e a ausência de um compromisso ético com uma educação antirracista.

Essas lacunas são reiteradas pelo modo como a coordenadora escolar responde à indagação: “Sabe por que não me chamou atenção? Porque é como eu acabei de dizer pra vocês: a gente vê o ser humano, eu não tô vendo se tem a figura de um negro aí”. Através desse discurso, a pedagoga reitera um discurso universalista que apaga as desigualdades, interdições e violências criadas pelo racismo, que nega o *status* de humanidade às pessoas negras. Desse modo, ela naturaliza as violências raciais, invisibilizando a dor negra, sua história e trajetória.

Como é possível lembrar, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2001), diz que as controvérsias acerca da humanidade dos povos negros presente no pensamento iluminista serviram de justificativa para os processos de exclusão e subjugação aos quais eles/as estiveram submetidos/as. Essa desumanização se mantém através das violências perpetradas em decorrência do racismo. A inferiorização e negação da humanidade dos corpos negros possibilitam a emergência e execução da necropolítica (MBEMBE, 2016) inscrita nas elevadas taxas de homicídios, na desproporcional taxa de encarceramento, na precarização do acesso à educação, mercado de trabalho e serviços de saneamento básico (IBGE, 2019).

O segundo aspecto presente na intervenção de Carla durante o trabalho realizado pela coordenadora pedagógica é a denúncia do preconceito contra as pessoas negras na escola. “Karen, você tá falando aí de preconceito, preconceito e por que nessa gravura aí não tem o negro?”. A estudante quer saber o motivo de pessoas negras não terem sido incluídas nos grupos passíveis de sofrer preconceito na escola, uma evidência de que, talvez a partir de suas experiências, essa seja uma realidade. Esse preconceito de cunho racial está materializado nos relatos apresentados nesse artigo, mas também pode se dar por meio de xingamentos,

insinuações e outras formas de violências que são aprendidas culturalmente e reproduzidas por crianças e adultos dentro e fora das instituições de ensino.

Os insultos racistas difundem o ódio contra o cabelo crespo, a pele retinta, o nariz largo, os lábios grossos e todos os outros traços fenotípicos associados à negritude. Sem o aporte necessário para a identificação do sistema de opressão que sustenta um insulto como “cabelo de bombril” ou “macaco/a”, por exemplo, o racismo presente na escola passa despercebido. E, muitas vezes, é taxado como *bullying*, um termo genérico que, como denuncia a socióloga Miriam Abramovay (2013), não permite que sejam analisadas as formas de opressões que o motivam e acaba por encobrir o racismo e a homofobia presentes nas instituições de ensino.

Silva Jr (2002) revela que poucas pesquisas se propõem a observar a interação que ocorre no interior do ambiente escolar. A relação entre professor/a-estudante, agentes educativos-estudante, e estudante-estudante são exemplos disso. O Autor identifica inúmeras ações autoritárias e estereotipadas que partem dos/as profissionais da educação, que produzem ou reproduzem falas indicando que estudantes da “favela” só vão às escolas para comer, ou que são os que mais dão trabalhos ou são bagunceiros.

Quando se fala da relação professor/a-estudante, podemos dialogar diretamente sobre duas questões, a primeira é a relação de poder e referência exercida pelo/a profissional em sala de aula. A escola atua como um espaço de construção de identidades e a pessoa que porta essa voz pode ser capaz de influenciar diretamente no destino dos/as jovens a quem sua fala se destina. A segunda questão se refere à reprodução desses comportamentos estruturais, de forma consciente ou inconsciente, por esses/as profissionais.

Eu falei pra um professor que meu sonho era ser isso, trabalhar nessa área. E ele falou ‘ah, mas você tem que trabalhar porque você tá chegando a idade, tem que trabalhar, que você não pode ficar escolhendo’. E eu falei ‘vem cá, essa profissão que você escolheu de ser professor, você escolheu ou fez por fazer? Porque quando a gente trabalha numa área a gente tem que gostar, sabe, gostar do que está fazendo. Aí ele ele foi e ficou calado, não falou mais nada (informação verbal)’

Ao negar a possibilidade de sonhar a um jovem negro, o professor se converte em mais um agente de violência, agindo como juiz e determinando o lugar da pessoa negra na base da estrutura social. A lógica que constrói o pensamento do educador em questão é sustentada pela necessidade de atenção às precariedades da vida negra que são estruturadas pelo

próprio racismo. É por consequência do racismo que há urgências na vida do estudante que, na ótica do professor, o impossibilitaria de escolher uma profissão que destoasse da materialidade de sua vida. Seu argumento é que, para atender às suas necessidades mais básicas e urgentes, o estudante deve abrir mão de investir em uma carreira.

Desse modo, o racismo é operacionalizado para cristalizar a posição de determinados sujeitos em determinadas posições. A estrutura social e racialmente estratificada se mantém pela impossibilidade da pessoa negra investir em projetos de vida que requerem dispêndio de tempo e recursos maiores do que aqueles necessários para garantir o sustento diário, por exemplo. Contudo, como observamos no relato do estudante, ele não se deixa cooptar por essa armadilha racista. E, ao confrontar o professor, simultaneamente questiona: Por que eu não posso escolher uma profissão que eu goste? Essa conduta desmotivadora é típica de quem realmente escolheu ser professor ou de quem não tem nenhum compromisso com a educação?

A associação entre negritude e subalternidade trazida no discurso do professor está presente em diversas mídias, não apenas na televisão, internet, rádios, revistas ou jornais impressos. Também tem lugar dentro dos livros didáticos utilizados. Buscando problematizar essa questão, Silva (2004) fala sobre as representações dos corpos negros no livro didático, como o branco é sempre associado à beleza, pureza, bondade e inteligência. Enquanto isso, as pessoas negras geralmente são associadas à imagem da feiura, incapacidade, malvadez e a atribuições físicas não relacionadas ao ser humano, constituindo-se mais uma vez em minoria social. Segundo a Autora, os/as personagens brancos/as costumam ter nome, sobrenome, família e exercem papéis e funções que representam relevância social. Comumente o/a negro/a é representado em posições vistas socialmente inferiores, escravos/as, serviçais, caricaturados/as e desumanizados/as. São crianças brincando nas ruas, filhos/as de empregadas que raramente apresentam um nome e tem apelidos atribuídos a sua cor de pele. Assim, é possível observar como os livros distribuídos pelas instituições escolares dão continuidade ao processo de invisibilidade e estereotipação dos corpos negros.

O Governo Federal destina, anualmente, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bilhões de reais para elaboração, aquisição e distribuição de materiais e livros didáticos. Após a crítica do presidente Jair Bolsonaro de que os livros são “péssimos” e contém “muitas coisa escrita” foi anunciada alterações nos critérios

para edital do Programa Nacional do Livro Didático 2021⁴, dentre eles a revisão da antiga obrigatoriedade de promoção positiva da imagem de mulheres, pessoas negras e populações tradicionais indígenas e quilombolas. A justificativa apresentada foi de que os livros deveriam estar livres de estereótipos, sem deixar claro maiores definições, o que pode abrir brechas para a não inserção desses grupos e suas contribuições para a Sociedade Brasileira.

Outro fator relevante foi à veiculação da peça publicitária do Ministério da Educação (MEC) sobre o Programa Universidades para Todos, que trazia uma mulher negra, cuja mão branca carregava um diploma⁵. O fato despertou diversos debates por parte da sociedade civil, que encarou como uma forma de determinar o lugar do/a negro/a, sendo mais uma vez os/as brancos/as detentores da capacidade intelectual e funções de prestígio social. Ao mesmo tempo essa campanha reforça a ideia do embranquecimento, já que, ao conquistar o diploma, torna-se-ia branca.

Esse ideal de branqueamento na sociedade brasileira reflete uma perspectiva histórica e continuada fruto da massificação de teorias eugenistas que ganharam grande força, no século passado, no Brasil. Logo abaixo, é possível ver, através do relato de um estudante, uma clara exposição desse comportamento por parte de uma professora que tece comentários sobre a tom de pele deste:

Ela tinha falado que era pra mim usar produto pra clarear a pele, que era muito escura. Mas eu deixei pra lá, não falei com ninguém, não falei com a direção. Eu falei que gosto da minha pele. Foi no primeiro ano, a gente tava normal na sala. Todo mundo tava indo embora e eu fiquei com ela, eu sempre ficava com ela, e ela foi e falou isso. Eu tava mostrando a foto de Taís Araújo pra ela, que foi algum trabalho que teve lá (informação verbal).

Através do “conselho” que dá ao estudante, a professora externaliza seu incômodo com a pele negra retinta. Diferente dos outros relatos apresentados, neste caso, a demonstração do racismo por parte da educadora é explícita. Tão visível quanto à negritude que o aluno ostenta na pele e o desprezo que a educadora publiciza ao recomendar o clareamento. Nesse processo, ela pretende fazer com que o estudante incorpore os seus valores estéticos, de beleza e de humanidade. O discurso racista proferido contra o estudante

⁴Fato noticiado pelo site UOL em 2019, disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/01/09/velez-mec-anula-mudancas-pnld-2020-propaganda-violencia-mulher.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996

⁵Fato noticiado pelo site Carta Capital em 2019, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/campanha-do-mec-sobre-prouni-e-acusada-de-racismo/>

possui potencial destrutivo para sua autoestima. Ela poderia fazer-lhe acreditar que a sua cor de pele é um problema, um traço negativo e, talvez, para ser aceito ele devesse se parecer um pouco mais com a atriz, cuja fotografia na revista ele mostra à professora.

O processo de embranquecimento trazido no relato seria executado a partir da utilização de produtos na pele. Esse processo foi executado, no Brasil, pela política de incentivo à migração de populações europeias e está registrado no quadro barroco “A redenção de Cam”, do artista galego naturalizado brasileiro Modesto Broco y Gómez. Na análise que realiza sobre as relações afetivas entre pessoas negras e pessoas brancas, como a retratada na referida tela, Frantz Fanon (2008) afirma que esse seria um movimento de busca da humanidade que o racismo confere apenas aos corpos brancos. “Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me apropriado (2008, p. 69).

Esse movimento tem lugar em um cenário de aniquilação da autoestima e dos códigos de referência positivos acerca da negritude. Como Fanon (2008) nos adverte, isso é potencializado pelas produções simbólicas construídas pelas mídias. E, no relato trazido pelo estudante, tem uma profissional educadora como agente desse processo. Seu relato também nos dá conta de uma postura de orgulho de seus traços frente à violência que acabara de sofrer: “Eu falei que gosto de minha pele”. Contudo, ainda que soubesse que poderia fazê-lo, Danilo não denuncia a violência que sofreu: “Mas eu deixei pra lá, não falei com ninguém, não falei com a direção”. Com isso, ele pode ter tentando se preservar de um confronto direto e público com alguém em posição de poder na escola.

A aniquilação da autoestima da pessoa negra e apagamento dos códigos raciais também refletem no processo de construção das subjetividades, sendo esta a forma particular que se expressa os sentimentos, pensamentos e emoções (OTNER, 2007). Pensando a exposição de um corpo às violências sistemáticas, é possível construir a ideia de formação das subjetividades negras. Nogueira (s.d.) revela que corpo do negro é reflexo das marcas e dos valores sociais que a sociedade carrega e nele fixa os seus sentidos.

De acordo com Silva (2002), é preciso se atentar aos processos de internalização das práticas sociais racistas e estereotipadas sobre o corpo da pessoa negra e como isso trará consequências na constituição do sujeito.

Ao refletir como a produção da realidade preconceituosa e discriminadora vivenciada pela criança negra, realidade que emerge das relações intersubjetivas das quais ela participa, contribui para uma ordem social injusta e desigual, chamamos atenção para a importância do conhecimento desses mecanismos sociais existentes no desenvolvimento infantil e na elaboração de uma pedagogia que vise a superação de aprendizagens de preconceitos, de valores, de atitudes e comportamentos racistas. (ibid., p. 63-64).

Pensar subjetividades negras no Brasil é levar em conta a trajetória e estrutura em que este País foi erguido, sendo possível compreender os seus efeitos sociais na formação dos sujeitos negros.

Apesar de todos os esforços feitos com estímulo de políticas de discriminação positiva, como as cotas, e reconhecimento da história e contribuição da comunidade negra para a sociedade brasileira, o racismo segue orquestrando um conjunto de violências em um único ambiente escolar, na “Roma negra⁶”. Mas sabemos que os casos seguem nas casas, nas ruas e em outros centros urbanos. E mesmo para os que ainda questionem, os fatos estão expostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico e os dados coletados para a construção deste artigo evidenciam que o racismo ainda se constitui como uma estrutura de opressão presente no cotidiano das escolas. Apesar dos avanços legais que visam garantir a produção de um espaço de valorização da contribuição negra para a história e cultura brasileira e da maior visibilidade da pauta racial, sobretudo, nas mídias, ainda pudemos observar profissionais da educação reproduzindo práticas e discursos alinhados com a valorização da branquitude e anulação das possibilidades de autoestima e identidade negra.

Através dos relatos apresentados, foi possível evidenciar as relações que se estabelecem entre as manifestações do racismo presente na mídia e aquelas que são perpetradas pelos profissionais que deveriam promover um ambiente de reflexão, através do qual seria possível denunciá-lo e combatê-lo. Um/a educador/a preparado/a e comprometido/a com uma educação antirracista teria sido capaz de mobilizar a produção midiática para questionar a estrutura racista e não como suporte para produção de violências contra seus/as educandos/as. Esse cenário demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido no que

⁶ A cidade de Salvador também é afamada pelo vocábulo, por ser uma metrópole com uma percentagem grande de negros.

diz respeito à formação de profissionais da educação para tratar de questões raciais e/ou étnicas nas escolas.

Por outro lado, as reações contestatórias dos/as estudantes frente aos eventos de racismo dão conta de uma tomada de consciência por aqueles que estão susceptíveis a essa violência na escola. A maior visibilidade da pauta racial, que parece não ter alterado o modo como os/as educadores/as da instituição se relacionam o tema e com as pessoas negras, pode ser apontado como fator que mobiliza os/as estudantes a apontar o racismo. Nesse sentido, eles/as questionam o motivo da ausência de representação negra nas imagens do material que se propõe a discutir preconceito e o motivo de o professor ter escolhido uma profissão que, supostamente, gostava, enquanto o aluno negro não teria esse direito.

Com essas indagações, os/as estudantes convocam os/as educadores a refletir acerca de suas práticas e, principalmente, acerca das concepções ideológicas que as orientam. No cenário ideal, em que a escola é entendida como espaço para troca e não mera transmissão de conhecimento, o professor se permitiria aprender com o/a estudante e se sentiria impelido a desnaturalizar posições e valores associados às pessoas negras. Se esse processo, efetivamente, aconteceu com os/as educadores que tiveram seu discurso ou prática racista contestados, esta pesquisa não dispõe dos elementos para afirmar ou negar. Contudo, os questionamentos provocados pelos/as estudantes e a disponibilidade de espaços institucionalizados e espaços midiáticos para aquisição de base teórica, metodológica e pedagógica antirracistas, constituem os instrumentos necessários para que a pessoa interessada iniciasse o seu próprio processo formativo.

Nos últimos anos, tem crescido a reação pública contra atos de violências raciais no Brasil, tornando cada vez mais visível a sua existência. A compreensão da estrutura social brasileira regida pelo racismo permite criticar os mecanismos que a mantém e levar ao fortalecimento de movimentos contra o seu funcionamento. Enfrentar as violências que são frutos dessa discriminação exige a formação de políticas públicas e a construção de uma cultura de base antirracista que seja praticada cotidianamente nas escolas, nas ruas e nos espaços institucionais. Apesar da aplicação da Política Cotas e do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, a escola segue se apresentando como um ambiente que reproduz diversas formas de discriminações, não somente racial, mas também de gênero, classe e sexualidade, demonstrando que apesar do acesso, existem dificuldades para a permanência destes sujeitos.

Este estudo trouxe algumas reflexões, entre elas a necessidade de dialogar sobre as propostas de uma educação antirracista, que não se atente apenas à história do Brasil, mas ao seu funcionamento social e formação identitária. É necessário um investimento das instituições públicas para formar os profissionais da educação, que por vezes, não possuem bases teóricas suficientes para refletir sobre o contexto social do País de forma crítica e reflexiva. E assim, estruturar novas intervenções, tornando o ambiente escolar um espaço propício para o acolhimento de jovens negros/as.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil (documentário), São Paulo, 2000, 1h29min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S5bgipo2Dic>. Acesso em: 07 Ago 2020

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representatividade**. São Paulo, Elefante, 2019.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola. **Periódicus**, v. 1, n. 1, p 106-121. 2018.

BRITO, Leandro Teófilo de. Significações das masculinidades no contexto escolar: performances e desconstruções. **XVIII ENDIPE – Didática e Prática do Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira**, p. 12055-10266. 2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto Nº 7.031-A, de 6 de Setembro de 1878. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 17 de Jul 2020

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANÇA, Elisete Santana da Cruz. **As relações de sociabilidade e as (re)interpretações de gênero e masculinidade de jovens no contexto escolar**. Tese (doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 17 de Jul 2020.

IG. “Na escola, a homofobia é escondida pela tolerância mascarada”, diz pesquisadora. 2013. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-11-03/na-escola-a-homofobia-e-escondida-pela-tolerancia-mascarada-diz-pesquisadora.html>. Acesso em: 17 de Jul de 2020.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLOSTER, Patrícia Regina. Fazendo Mídia na Escola: a produção de um jornal escolar ampliando o universo de leitura e escrita. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, 2013, Curitiba: SEED/PR, 2013

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, no 1, pp.171-209. 2001.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Artes e Ensaios**, n 32 pp. 123-151. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual dos conceitos de raça, racismo e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 17 Jul de 2020

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O corpo da Mulher Negra. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixe/o-corpo-da-mulher-negra.pdf>. Acesso em: 17 Ago 2020.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e Crítica Cultural. **Horizontes Antropológicos**, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007

PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro. In **Democracia Viva** , nº 22, p. 64 - 69, 2004.

PINHO, Osmundo. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. **Raça: novas perspectivas antropológicas [online]**. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, pp. 257-283, 2008.

PINTO, Regina Phaim. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cadernos de Pesquisa**, v.63, p. 88-92. 1987.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Sobre a educação de Sofia. **Revista Contemplação**, (13), p.79-95. 2016.

SILVA, Marcos. A Transferência do Controle da Educação da Igreja para o Estado. **Comunicações**, v. 7, n.1, p.180-193. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Vera Lúcia Neri da. **Os Estereótipos Racistas nas Falas de Educadoras Infantis: Suas Implicações no Cotidiano Educacional da Criança Negra** (Dissertação). Mestrado em Educação – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA JR., H. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, v. 31, n. 3, p. 443-466. 2005.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002.

KLEIN, G. Anti-Racism in the Classroom and Beyond: Teacher Perspectives from Rio de Janeiro. In: WADE, P.; SCORER, J.; AGUILÓ. (Eds.). **Cultures of Anti-Racism in Latin America and the Caribbean**. London: Institute of Latin American Studies, p.125-145. 2019.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Edufba, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias Sociais e a Naturalização de Discursos Racistas no Brasil. In: SILVA, Tarcízio (org). **Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**. LiteraRUA, São Paulo, 2020.

VIEIRA, Sebastião da Silva; ABRANCHES, Sérgio Paulino. O jornal escolar e sua importância no processo de construção dos saberes discentes. In: **III Congresso Nacional de Educação**, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA19_ID5001_11062016150007.pdf. Acesso em: 19 Jun 2019